

Jornal Económico (1/5/2018):

Parpública com lucros de 120,6 milhões em 2017

O Presidente da holding do Estado, Miguel Cruz, refere que “o efeito da redução da dívida na estrutura do balanço e no financiamento dos ativos foi particularmente expressiva, já que o capital próprio passou a ser superior ao total do passivo, apontando para um nível de solvabilidade de 126% e de autonomia financeira de 55%, quando em 2016 esta se encontrava ainda abaixo dos 50%”.

Maria Teixeira Alves

A holding pública Parpública apresentou um resultado líquido positivo de 120,6 milhões de euros, que supera em mais de 30% os 94,2 milhões registados no ano anterior.

Os dividendos recebidos em 2017 foram superiores em mais de 50 milhões de euros aos recebidos em 2016, tendo ascendido a cerca de 137 milhões de euros.

O EBITDA ascendeu a cerca de 290 milhões de euros.

“Em 2017 foi realizada mais uma parcela do capital social subscrito, no valor de 348 milhões de euros”, diz o relatório.

“As contas da Parpública relativas ao exercício de 2017 evidenciam o impacto positivo da atividade desenvolvida ao longo do ano na situação financeira e patrimonial da sociedade e até do Grupo”, diz a empresa em comunicado.

A empresa liderada por Miguel Campos Cruz, destaca a redução em 22,9 milhões do valor dos juros suportados, que se situou em 2017 nos 161,9 milhões de euros.

Em 2017 assumem particular relevância os impactos decorrentes da acentuada redução da dívida, de quase mil milhões de euros. “A Parpública foi das empresas Portuguesas que mais reduziu a sua dívida no decorrer do ano de 2017 tendo amortizado mais de 900 milhões de euros, passando o endividamento total de 3,6 mil para 2,7 mil milhões de euros. Esta amortização de dívida foi integralmente financiada através de recursos próprios”, lê-se no relatório e contas.

Desta forma, a dívida da Parpública registou, em 2017, uma redução dos 3,700 mil milhões para os 2,759 mil milhões de euros.

O Presidente Miguel Cruz, refere que “o efeito da redução da dívida na estrutura do balanço e no financiamento dos ativos foi particularmente expressiva, já que o capital próprio passou a ser superior ao total do passivo, apontando para um nível de solvabilidade de 126% e de autonomia financeira de 55%, quando em 2016 esta se encontrava ainda abaixo dos 50%”.

Miguel Cruz salienta ainda que, “no final de 2017 a percentagem dos ativos financiados por dívida era de 35% quando em 2016 era de 45%”.

Em termos de rentabilidade, a evolução foi positiva. Em 2016 a Parpública tinha apresentado uma rentabilidade do capital próprio de 2,5%, enquanto em 2017 a taxa de rentabilidade ficou próxima dos 3%.

Finalmente, ainda em relação à Parpública SGPS, houve uma redução do Prazo Médio de Pagamentos, que passou de 57 dias no final de 2016, para 28 dias em 2017. Em termos de contas consolidadas, 2017 fecha com um resultado de 157,3 milhões.

Miguel Cruz reforça que “tão importante quanto o resultado em si, é o facto de todos os segmentos de atividade apresentarem em 2017 resultados positivos”.

Regista-se a melhoria do Resultado Líquido da AdP – Águas de Portugal, acompanhada por uma redução de dívida, “num contexto de relevante investimento de reabilitação e apesar de um ano com períodos de seca prolongada, com impacto forte na margem do negócio”, diz o documento.

“O melhor resultado de sempre da Companhia das Lezírias, com um incremento significativo do *return on equity*, apesar da já referida situação de seca, e da necessidade de melhorar o desempenho em áreas distintas do seu negócio tradicional, e que foram mais recentemente adicionadas à atividade da Companhia” e “a consolidação da trajetória de resultados positivos por parte da Circuito do Estoril”, são alguns dos factos que justificam os lucros da holding.

“A capacidade da INCM em manter Resultados Líquidos positivos com um contributo muito relevante para os resultados consolidados do Grupo”, adianta o documento.

“A distribuição extraordinária de dividendos por parte da SPE e a dinâmica imposta ao seu processo de liquidação, a ser concluído num prazo relativamente curto”, é outro dos factos referidos pela holding.

“O resultado positivo obtido em 2017 pelo Hospital da Cruz Vermelha, concomitantemente com uma articulação e reflexão acionista sobre ações a desenvolver no sentido de perspetivar a sustentabilidade futura deste hospital e o posicionamento da sua marca de referência” está entre os argumentos enumerados pela Parpública no relatório e contas para justificar os lucros consolidados.

A Parpública adianta ainda que o desempenho positivo da Estamo que “teve forte relevância nos resultados do Grupo, num momento em que está em desenvolvimento uma estratégia global para o setor do Imobiliário Público”.

O ano de 2017 foi o da concretização da reconfiguração da estrutura acionista da TAP SGPS, com a Parpública a entrar no segundo semestre de 2017 como maior acionista da sociedade com uma participação de 50%.

“A Parpública apresentou este ano um Relatório de Sustentabilidade autónomo, assinalando o desempenho de todo o Grupo e das suas empresas individualmente neste domínio, reforçando os níveis de *accountability* da Parpública e o seu compromisso, nos diferentes segmentos de atividade, com este desígnio de futuro”, diz o comunicado.

Outro dos dossiers mais relevantes de 2017 está relacionado com a dívida do Estado para com a Parpública de cerca de 4,6 mil milhões de euros e com o reconhecimento constante da lei do OE 2017 da importância da sua regularização. “Dando sequência ao definido na lei orçamental, durante o ano de 2017 foi desenvolvido, com a Banca e com o IGCP, em estreita coordenação com as Secretarias de Estado do Tesouro e das Finanças, um profundo trabalho preparatório da assunção, por parte do Estado, de dívida da Parpública como contrapartida da redução do crédito sobre o Estado, operações que deverão ter expressão ao longo de 2018”, anuncia a holding.

Sobre o futuro a empresa fala da intenção do Governo de criar “no seio da Parpública uma plataforma visando a partilha entre as empresas detidas pelo Estado de conhecimento, competências e boas práticas de gestão”. Assim, 2017 marca o arranque do projeto de criação do Centro de Conhecimento e Competências, diz o relatório.

O trabalho de adaptação da Parpública ao Regime Geral de Proteção de Dados iniciou-se também no ano de 2017, “com a antecedência necessária para que

possamos chegar a maio de 2018 preparados para este novo enquadramento”, diz a empresa liderada por Miguel Cruz.